

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.727 - SP
(2018/0343341-8)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

EMBARGANTE : MACK COLOR ETIQUETAS ADESIVAS LTDA

ADVOGADOS : LUIZ ROBERTO GUIMARÃES ERHARDT - SP211331

JOÃO ROBERTO GUIMARÃES ERHARDT E

OUTRO(S) - SP289476

EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **MACK COLOR ETIQUETAS ADESIVAS LTDA** contra decisão que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, fundamentada na incidência da Súmula n. 182/STJ.

Sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão e obscuridade (art. 1.022, I e II, do CPC), porquanto (fls. 377/382e):

II. DA OMISSÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE FÉRIAS GOZADAS. INEXISTÊNCIA DE TESE REPETITIVA.

7. Conforme apontado no breve relatório, a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre férias gozadas não foi objeto de recurso repetitivo por parte deste E.

Superior Tribunal de Justiça, de modo que não há tese fixada sob tal sistemática.

8. Assim sendo, não está incluída na hipótese do artigo 1.030, I, “b” e § 2º do Código de Processo Civil, e o instrumento adequado a combater tal decisão não pode ser o agravo interno.

9. O instrumento recursal apto a combater a decisão que inadmitiu o recurso especial é o agravo em recurso especial, não sendo possível o seu afastamento, pois decorre expressamente de previsão legal. É a previsão expressa do artigo 1.030, V e §1º do Código de Processo Civil:

(...)

Rechaça-se, por oportuno, a necessidade de aplicação do princípio da fungibilidade recursal menciona pela i. Relatora, porquanto a via eleita é a adequada.

11. É necessário que tal omissão seja sanada, insto porque o conteúdo decisório ora combatido não pode ser aplicado à verba aqui discutida, ante a inexistência de tese repetitiva no tocante ao afastamento da contribuição previdenciária quanto às férias gozadas. Desta forma, torna-se necessária a manifestação desta i. Ministra Relatora sobre a admissibilidade do recurso especial quanto às verbas relativas às férias gozadas.

12. Assim sendo, ante a impossibilidade de a decisão se tratar

especificamente das verbas sobre férias gozadas, pede a Embargante que a i. Ministra supra a referida omissão.

III. DA OMISSÃO SOBRE O AFASTAMENTO DO RESP Nº 1.332.945.

13. Não só isso, demonstrou precedente favorável à sua defesa, que foi afastado por ser “inapto à finalidade pretendida”, sem qualquer ulterior explicação ou fundamentação – lembrando que no que tange às férias gozadas, não foi firmada tese repetitiva e a divergência jurisprudencial deve ser esclarecida, devido ao fato de que situações idênticas receberam tratamento diverso por tribunais distintos.

14. Assim, é necessário que esclarecimentos no sentido de apresentar o fundamento para o afastamento do precedente invocado pela Embargante ao presente caso, qual seja, o REsp nº 1.332.945, no qual o C. STJ afirma, em total consonância à tese postulada pela Embargante, que no caso das férias gozadas não existe contraprestação laboral pelo trabalhador, razão pela qual não há como entender pela incidência de contribuição previdenciária sobre as férias usufruídas.

15. Portanto, nos termos dos artigos 1.022, II, e parágrafo único, II; e do 489, § 1º, V do Código de Processo Civil, requer a Embargante que seja sanada a omissão na respeitável decisão aqui demonstrada.

IV. DA OMISSÃO: REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF EM RELAÇÃO ÀS VERBAS SALÁRIO MATERNIDADE E HORAS EXTRAS.

16. A decisão será omissa, segundo o artigo 1.022, parágrafo único, II do Código de Processo Civil, quando incorrer em qualquer das possibilidades do artigo 489, § 1º do mesmo códex. Nesse sentido, observe-se os incisos IV e VI:

(...)

17. Ora, no que diz respeito às verbas pagas a título de salário-maternidade e horas extras, e no que tange à incidência da contribuição previdenciária, há que se observar a existência de repercussão geral sobre a matéria, devidamente apontada pela Embargante em suas razões recursais, respectivamente, nos pendentes julgamentos dos REs 593068/SC e 576967/PR.

18. Dessa forma, se torna evidente que não pode ser negado o seguimento ao Recurso Especial nesse aspecto, pois não se trata de jurisprudência consolidada em julgamento de recursos repetitivos, na medida em que está pendente o julgamento das teses por parte do E. STF – que já reconheceu a questão constitucional relevante referente a esses aspectos, evidenciado a possibilidade de overruling.

19. Por isso, devia a i. Relatora, no mínimo, determinar o sobrestamento do processo, por ser referente a tema cuja repercussão geral foi reconhecida, em uma consequência automática da norma prevista no artigo 1.035, §5º do Código de Processo Civil 2 .

20. De qualquer forma, a decisão é omissa por não se manifestar especificamente pelos temas em repercussão geral, ainda que levados à apreciação da julgadora pela Embargante, sendo necessário que na referida decisão consigne especificamente tal fundamentação.

V. DA OBSCURIDADE: QUANTO À IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA

DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA 21. Uma das razões para a manutenção da decisão proferida pelo E. TRF da 3ª Região foi apontada pela i. Ministra Relatora como sendo ausência de impugnação específica da decisão agravada.

22. Ocorre que, conforme abaixo, os fundamentos da decisão agravada foram impugnados da seguinte forma para cada verba, em síntese:

(...)

23. Mais que isso, na minuta de Agravo em Recurso Especial, a ora Embargante demonstrou a admissibilidade e o cabimento do recurso especial, tais quais os requisitos da legitimidade, da tempestividade, do prequestionamento, da previsão legal do recurso, além do próprio conteúdo das razões recursais, que acusam violação à legislação federal, conforme o artigo 105, III, “a” da Constituição Federal.

24. Não só isso, demonstrou precedente favorável à sua defesa, que foi afastado por ser “inapto à finalidade pretendida”, sem qualquer ulterior explicação ou fundamentação – lembrando que no que tange às férias gozadas, não foi firmada tese repetitiva e a divergência jurisprudencial deve ser esclarecida, devido ao fato de que situações idênticas receberam tratamento diverso por tribunais distintos.

25. Assim, a constatação por parte da i. Ministra Relatora incorre em obscuridade, porquanto suas declarações se mostram genéricas, e não parecem dizer respeito à situação retratada nos autos.

26. A decisão é obscura e comporta maiores esclarecimentos, pois houve impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada. Assim, cabíveis os presentes aclaratórios, para sanar a referida obscuridade.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (certidão de fl. 388e).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Nesse sentido, confira-se a doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Nery:

Não enfrentamento, pela decisão, de todos os argumentos possíveis de infirmar a conclusão do julgador. Para que se possa ser considerada fundamentada a decisão, o juiz deverá examinar todos os argumentos trazidos pelas partes que sejam capazes, por si sós e em tese, de infirmar a conclusão que embasou a decisão. Havendo omissão do juiz, que deixou de analisar fundamento constante da alegação da parte, terá havido omissão suscetível de correção pela via dos embargos de declaração. Não é mais possível, de lege lata, rejeitarem-se, por exemplo, embargos de declaração, ao argumento de que o juiz não está obrigado a pronunciar-se sobre todos os pontos da causa. Pela regra estatuída no texto normativo ora comentado, o juiz deverá pronunciar-se sobre todos os pontos levantados pelas partes, que sejam capazes de alterar a conclusão adotada na decisão.

(Código de Processo Civil Comentado, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.249-1.250, destaque no original).

Esposando tal entendimento, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA SOB CONCESSÃO. COBRANÇA EM DESFAVOR DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. POSSIBILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015, na esteira interpretativa sufragada no Superior Tribunal de Justiça, significa que o julgador deve enfrentar apenas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida, hipótese aqui não verificada (EDcl no MS n. 21315/DF, Primeira Seção, DJe 15/06/2016).

3. A Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que o poder concedente, com respaldo no art. 11 da Lei n. 8.987/1995 (Lei de Concessões e Permissões), pode autorizar a concessionária a efetuar cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, mesmo de outra concessionária de serviços públicos, desde que haja previsão no

contrato de concessão da rodovia, como verificado na hipótese.

4. *A Primeira Turma desta Corte tem reconhecido o caráter manifestamente inadmissível ou improcedente do agravo interno, a ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 quando a decisão agravada está fundamentada em precedente julgado sob o regime da repercussão geral, sob o rito dos recursos repetitivos ou com base em jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção.*

5. *Agravo interno desprovido, com aplicação de multa.*

(AgInt no AREsp 1079824/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 07/03/2018)

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. ACÓRDÃO QUE ENFRENTOU TODAS AS QUESTÕES NECESSÁRIAS. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Conforme pacífico entendimento desta Corte, o órgão julgador não é obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A determinação contida no art. 489 do CPC/2015 "veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

II - A corte de origem analisando o contexto fático-probatório dos autos concluiu (fl. 270): "Neste caso, ainda que houvesse buracos no asfalto e ainda que a pista apresentasse irregularidades, é certo que o acidente que vitimou fatalmente [...] somente ocorreu por culpa do motociclista que invadiu a contramão da via em alta velocidade".

III - Para alterar tais conclusões seria necessário o reexame fático-probatório, vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual: " pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

IV - Agravo interno improvido

(AgInt no AREsp 1037131/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017).

No caso, a embargante indica omissão e obscuridade quanto ao mérito da causa (fls. 377/382e), contudo, o Agravo em Recurso Especial não foi sequer conhecido em razão da aplicação da Súmula n. 182/STJ na decisão monocrática, bem como questiona a incidência do próprio óbice sumular, demonstrando, assim, mera irresignação contra a decisão proferida anteriormente.

Com efeito, depreende-se da leitura da decisão que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1431157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 11041181/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1334203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Assim, não verifico, no caso, a existência de vício a ensejar a declaração do julgado ou sua revisão mediante embargos de declaração.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação, uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora